

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2025 – “Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Extremoz e dá outras providências.”

RELATORA: Vereadora Tatiany Oliveira

I. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Complementar nº 128/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A propositura tem por objetivo instituir o novo **Plano Diretor de Extremoz**, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. A minuta apresentada é fruto de um processo de revisão que envolveu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMUR), consultoria técnica da FUNCERN e a participação de um Núcleo Gestor composto por representantes do governo e da sociedade civil, conforme listagem de delegados comunitários e conselhos apresentada no preâmbulo do projeto.

A matéria estrutura o ordenamento territorial do município, definindo macrozoneamento (Zonas Urbanas, de Expansão, Rurais e de Interesse Ambiental), áreas especiais, instrumentos de política urbana (como Outorga Onerosa, Transferência do Direito de Construir, PEUC), e estabelece diretrizes para habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE JURÍDICA

Na qualidade de Relatora desta Comissão, e com apoio da Assessoria Parlamentar, analiso a proposição sob a ótica da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, conforme determina o Art. 57 do Regimento Interno desta Casa.

A. Da Competência e Iniciativa (CF e LOM)



1. **Competência Material:** A Constituição Federal, em seu art. 30, VIII, e art. 182, § 1º, atribui aos Municípios a competência para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, sendo o Plano Diretor o instrumento básico dessa política. A Lei Orgânica do Município (LOM), em seu art. 17, VIII e XII, reafirma essa competência.
2. **Obrigatoriedade:** Sendo Extremoz integrante da Região Metropolitana de Natal, a elaboração do Plano Diretor é obrigatória nos termos do art. 41, II, da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
3. **Iniciativa:** A iniciativa do projeto partiu da Chefe do Poder Executivo, o que está em conformidade com a LOM (Art. 35), que define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento, e com a praxe administrativa para matérias de alta complexidade técnica e administrativa.

B. Da Natureza da Lei (Lei Complementar)

O projeto foi corretamente apresentado sob a forma de **Lei Complementar**. A Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 20-H, inciso IV, determina expressamente que o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deve ser aprovado via Lei Complementar, exigindo-se maioria absoluta dos membros da Câmara para sua aprovação.

C. Dos Aspectos Materiais e do Conteúdo

O Projeto de Lei nº 128/2025 abrange os requisitos mínimos exigidos pelo Estatuto da Cidade (Art. 42), a saber:

1. **Zoneamento:** O projeto define claramente o Macrozoneamento (Art. 55), dividindo o território em Zona Urbana, Expansão Urbana, Desenvolvimento Sustentável, Rural e Interesse Ambiental.
2. **Instrumentos de Política Urbana:** O projeto prevê a aplicação de instrumentos fundamentais como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo (Arts. 8º a 11), Outorga Onerosa do Direito de Construir (Arts. 12 e 16), e Transferência do Potencial Construtivo (Art. 21).



3. **Função Social da Propriedade:** O Art. 5º do PL define os critérios para o cumprimento da função socioambiental da propriedade, em total alinhamento com a Constituição Federal.
4. **Meio Ambiente:** O projeto respeita as unidades de conservação existentes, mencionando explicitamente a Área de Proteção Ambiental (APA) de Jenipabu e a necessidade de observar seu zoneamento ecológico-econômico (Lei Estadual nº 9.254/2009).

D. Da Técnica Legislativa (LCP nº 95/98)

A redação do projeto observa, em geral, os princípios da Lei Complementar Federal nº 95/98. A estrutura está dividida em Títulos, Capítulos e Seções de forma lógica. Os artigos são claros e objetivos.

- **Ressalva:** Recomenda-se atenção na fase de redação final para a correção de eventuais erros de remissão interna (referências cruzadas entre artigos) que possam ter surgido durante as emendas, garantindo a coesão do texto final.

E. Da Gestão Democrática

O projeto demonstra, em sua apresentação e anexos, ter passado por um processo de elaboração com a participação de um Núcleo Gestor e Delegados Comunitários. O Estatuto da Cidade (Art. 40, § 4º) exige que o processo legislativo na Câmara também garanta a realização de audiências públicas. Esta Comissão deve zelar para que tal rito seja cumprido antes da votação final.

III. VOTO DA RELATORA

Diante do exposto, considerando que o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 trata de matéria de competência municipal, obedece aos preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e do Estatuto da Cidade, e apresenta-se formalmente adequado:

1. **Voto pela ADMISSIBILIDADE e CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº 128/2025.



2. **Recomendo a APROVAÇÃO**, no mérito.
3. **Alerto** para a necessidade de quórum de **Maioria Absoluta** para sua aprovação, conforme Art. 20-H da LOM.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.

Tatiany O. de Lima
Tatiany Oliveira

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

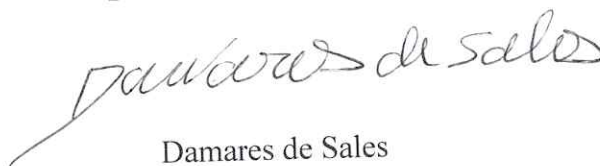
A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela **CONSTITUCIONALIDADE E PROSSEGUIMENTO** do Projeto de Lei nº 128/2025.

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.



Michele Gois

Presidente da Comissão



Damares de Sales

Membro da Comissão

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

ASSUNTO: Análise da Constitucionalidade, Legalidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa da Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025.

AUTORIA: Vereador Fabio Vicente da Silva e Outros.

RELATORA: Vereadora Tatyane Oliveira

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PLC 128/2025. ALTERAÇÃO DE MACROZONEAMENTO (ZIA E ZEU PARA ZONA RURAL). INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL. VIOLAÇÃO AO ART. 225 DA CF (VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL). CONFLITO COM A LEI ESTADUAL Nº 9.254/2009 (APA JENIPABU). VIOLAÇÃO À LCP Nº 101/2000 (RENÚNCIA DE RECEITA - IPTU vs. ITR). VÍCIO DE TÉCNICA LEGISLATIVA (LCP Nº 95/98). PARECER PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO.

I. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão, para análise técnica e jurídica, a Emenda Modificativa nº 01, de autoria do Vereador Fabio Vicente da Silva e outros, que propõe alterar o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 (Revisão do Plano Diretor).

A emenda visa reclassificar todas as áreas definidas no projeto original como **Zonas de Interesse Ambiental (ZEI)** e **Zonas de Expansão Urbana (ZEU)**, transformando-as em **Zona Rural (ZR)**. A justificativa alega a intenção de "corrigir o processo de urbanização desordenada" e "proteger o patrimônio ambiental".

É o relatório. Passo a opinar.

II. DA ANÁLISE JURÍDICA E CONSTITUCIONAL



A análise desta relatoria, fundamentada no Regimento Interno desta Casa, na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e nas Leis Complementares Federais nº 95/98 e nº 101/00, aponta vícios insanáveis na propositura.

A. Violação à Constituição Federal e à Legislação Ambiental

1. **Vedação ao Retrocesso Ambiental (Art. 225, CF):** A Constituição Federal impõe ao Poder Público o dever de proteger o meio ambiente. A emenda propõe extinguir as Zonas de Interesse Ambiental (ZIA) — áreas gravadas com restrições específicas para proteção — transformando-as em Zona Rural, onde os índices de ocupação e usos (agropecuária, extrativismo) são menos restritivos quanto à proteção ecológica estrita. Tal medida configura **retrocesso ambiental**, vedado pelo STF, pois reduz a proteção jurídica de ecossistemas frágeis sem base técnica.
2. **Conflito Federativo (APA Jenipabu):** A área objeto da emenda sobrepõe-se à Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), regida pela Lei Estadual nº 9.254/2009. O Município não possui competência para legislar de forma a flexibilizar ou descaracterizar o zoneamento ecológico-econômico estabelecido por Lei Estadual, sob pena de violar o pacto federativo e a hierarquia das normas ambientais (CF, Art. 24).
3. **Violação ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001 - Art. 182, CF):** O Art. 182 da CF exige que a política urbana seja executada conforme diretrizes gerais fixadas em lei. O Estatuto da Cidade exige estudos técnicos para alterações de perímetro urbano e zoneamento. A transformação massiva de ZEU (Expansão Urbana) em Zona Rural, ignorando a infraestrutura existente e o diagnóstico técnico que embasou o PL 128/2025, carece de motivação técnica e fere o princípio do planejamento urbano sustentável.

B. Violação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF nº 101/2000)

A emenda incorre em gravíssima violação às normas de finanças públicas, especificamente quanto à **renúncia de receita**.

1. **Perda de Receita Tributária (IPTU x ITR):** Ao transformar áreas de **Expansão Urbana (ZEU)** — sujeitas à incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de competência municipal — em **Zona Rural (ZR)**, a emenda retira a



competência tributária do Município sobre esses imóveis, sujeitando-os ao Imposto Territorial Rural (ITR), de competência federal.

2. **Ausência de Estimativa de Impacto (Art. 14, LRF):** A Lei Complementar nº 101/2000 determina que a concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita (como a reclassificação de urbano para rural) deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro. A emenda não apresenta qualquer estudo sobre a perda de arrecadação do IPTU nem medidas de compensação (elevação de outros tributos), tornando a proposição **financeiramente inadequada e ilegal** sob a ótica da LRF.

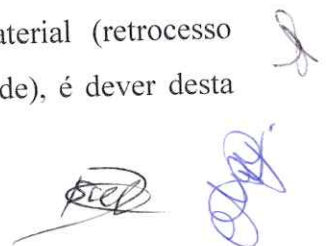
C. Vícios de Técnica Legislativa (LCP nº 95/98)

A proposição fere os princípios de clareza, precisão e ordem lógica exigidos pela Lei Complementar nº 95/98 para a elaboração das leis:

1. **Coerência Interna (Art. 11, LCP 95):** A emenda gera uma antinomia (contradição) no texto da lei. O corpo do PL 128/2025 estabelece diretrizes de ordenamento urbano e instrumentos de política urbana (como parcelamento do solo) que dependem da existência de zonas urbanas ou de expansão. Ao transformar vastas áreas em "Zona Rural" através de uma emenda isolada, sem alterar os demais dispositivos sistêmicos do Plano Diretor que regulam essas áreas, cria-se uma lei inexecutável e logicamente falha.
2. **Precisão:** A definição de perímetro urbano e rural deve ser feita por descritivo georreferenciado preciso, conforme exigência de leis de parcelamento. A emenda propõe uma alteração genérica ("todas as áreas definidas como...") sem apresentar o novo memorial descritivo do perímetro urbano que restaria, gerando insegurança jurídica.

D. Análise Regimental (Regimento Interno - Resolução nº 04/2022)

1. **Competência da Comissão (Art. 57):** Cabe a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal e regimental. Diante dos vícios de inconstitucionalidade material (retrocesso ambiental) e ilegalidade (violação à LRF e Estatuto da Cidade), é dever desta Comissão obstar a tramitação da matéria.



2. **Inadmissibilidade (Art. 106):** O Regimento Interno prevê que o Presidente (e por extensão as Comissões) não deve aceitar proposições que versem sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou que sejam formalmente inadequadas. A invasão de competência estadual (APA) e a falta de estudos técnicos tornam a emenda inadmissível.

III. VOTO

A Emenda Modificativa nº 01 padece de **inconstitucionalidade material** (ofensa ao Art. 225 da CF), **ilegalidade financeira** (violação ao Art. 14 da LRF por renúncia de receita de IPTU sem compensação) e **vício de técnica legislativa**. Além disso, contraria frontalmente o interesse público ao promover o desordenamento territorial sem embasamento técnico.

PARECER:

Opina esta Relatoria pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando o seu **ARQUIVAMENTO**, nos termos do Art. 57, § 1º do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.

Tatiany W. de Lima
Tatiany Oliveira

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando o seu **ARQUIVAMENTO**, nos termos do Art. 57, § 1º do Regimento Interno desta Casa.

[Handwritten signatures]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ
PODER LEGISLATIVO



Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.

Michele Gois
Presidente da Comissão

Damares de Sales
Membro da Comissão

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

REFERÊNCIA: Análise de Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade da **Emenda Aditiva nº 02/2025** ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 (Revisão do Plano Diretor).

AUTORIA: Vereador Edilson de Oliveira Dantas.

ASSUNTO: Criação do Fundo Municipal de Habitação, Mobilidade e Sustentabilidade (FMHMS).

RELATORA: Vereadora Damares de Sales

EMENTA: EMENDA ADITIVA Nº 02 AO PLC 128/2025. CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL ESPECÍFICO. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE INICIATIVA.** MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO (ART. 61, § 1º, CF; ART. 20-I, LOM). **INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA E EFICIÊNCIA. DUPLICIDADE DE INSTRUMENTOS COM O FUNDURB (JÁ PREVISTO NO PL). OFENSA À LCP Nº 101/2000 (LRF) E À LCP Nº 95/98 (TÉCNICA LEGISLATIVA). **PARECER PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO.**

I. RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a Emenda Aditiva nº 02, de autoria do nobre Vereador Edilson de Oliveira Dantas, aposta ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025.

A propositura visa acrescentar artigo ao Plano Diretor criando o "Fundo Municipal de Habitação, Mobilidade e Sustentabilidade (FMHMS)", com a finalidade de captar e



aplicar recursos em habitação de interesse social, mobilidade urbana e preservação ambiental. A proposta define fontes de receita (incluindo um percentual das receitas do FUNDURB) e cria um Conselho Gestor Paritário.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, CONSTITUCIONAL E REGIMENTAL

A análise desta relatoria, fundamentada nos argumentos jurídicos apresentados, no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal e na legislação federal pertinente, aponta vícios insanáveis de ordem constitucional, legal e técnica na emenda.

A. Inconstitucionalidade Formal: Vício de Iniciativa (CF e LOM)

1. **Competência Privativa do Executivo:** A criação de fundos públicos é matéria intrinsecamente ligada à organização administrativa e ao planejamento orçamentário do Município. A Constituição Federal (Art. 61, § 1º, II, 'b' e 'e') e a Lei Orgânica Municipal de Extremoz (**Art. 20-I, incisos III e IV**) estabelecem que é de **iniciativa exclusiva do Prefeito** as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública e sobre matéria orçamentária.
2. **Interferência na Gestão:** Ao criar um fundo por emenda parlamentar, o Legislativo interfere indevidamente na gestão financeira do Executivo, violando o princípio da separação dos poderes (Art. 2º, CF). A emenda impõe ao Executivo a obrigação de gerir uma nova estrutura contábil e administrativa (Conselho Gestor) não prevista no planejamento original, gerando despesas de funcionamento sem a devida estimativa.

B. Inconstitucionalidade Material e Duplicidade (Violação à Eficiência)

1. **Sobreposição com o FUNDURB:** Conforme argumentos apresentados, a minuta do Plano Diretor (PLC 128/2025) já institui, em seus Arts. 49 e 50, o **Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)**. O FUNDURB já tem por finalidade financiar programas habitacionais de interesse social, infraestrutura e recuperação ambiental.

[Handwritten signatures]

184
88

2. **Conflito de Competência:** A criação do FMHMS via Emenda Aditiva nº 02 gera uma duplicidade indevida de instrumentos financeiros para os mesmos fins. A emenda chega ao ponto de propor, em seu § 1º, inciso IV, que uma das fontes do novo fundo seja um "percentual de até XX% das receitas do FUNDURB". Isso cria um conflito lógico e contábil: retira-se recursos do fundo principal de política urbana para alimentar um fundo paralelo criado pelo Legislativo, fragmentando o orçamento e comprometendo a execução integrada da política urbana, ferindo o princípio da eficiência (Art. 37, CF).

C. Violação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP nº 101/2000)

A emenda fere mortalmente os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

1. **Criação de Despesa sem Fonte (Art. 16, LRF):** A instituição de um novo fundo e de seu respectivo Conselho Gestor gera despesas administrativas de custeio (material, pessoal de apoio, jetons, etc.). A emenda não apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro exigida pelo Art. 16 da LCP 101/00, tornando a proposição ilegal e lesiva ao patrimônio público (Art. 15, LRF).
2. **Planejamento Orçamentário:** A criação de fundos deve ser precedida de autorização legislativa específica e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Inserir um fundo "de surpresa" no Plano Diretor, sem conexão com o PPA vigente, viola o sistema de planejamento orçamentário.

D. Vício de Técnica Legislativa (LCP nº 95/98)

A proposição afronta a Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração das leis:

1. **Falta de Clareza e Precisão:** A redação do § 1º, inciso IV da emenda cita "percentual de até XX% (a ser definido em lei orçamentária)". O uso de "XX%" em um texto de lei é tecnicamente inaceitável, gerando uma norma aberta, imprecisa e inaplicável, violando o Art. 11 da LCP 95.

§
Fato

185

2. **Pertinência Temática:** Embora o tema (habitação) seja afim ao Plano Diretor, a criação de estrutura administrativa (Fundo e Conselho) deve ocorrer por lei específica de iniciativa do Executivo, para não tumular a lei geral de planejamento urbano com normas de execução orçamentária.

E. Análise Regimental (Regimento Interno)

Nos termos do Art. 57 do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre os aspectos constitucional e legal.

- Diante da flagrante inconstitucionalidade por vício de iniciativa e da ilegalidade frente à LRF, é dever desta Comissão, conforme § 1º do Art. 57 do RI, emitir parecer contrário, o que enseja o arquivamento da proposição.

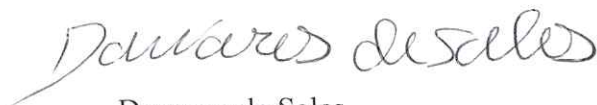
III. VOTO

A Emenda Aditiva nº 02 padece de **vício de iniciativa insanável** (usurpa competência do Prefeito para criar fundos e órgãos), **viola a Lei de Responsabilidade Fiscal** (cria despesa e estrutura sem estimativa de impacto) e **gera insegurança jurídica e administrativa** ao duplicar as funções do FUNDURB já previsto no projeto original.

PARECER:

Diante do exposto, opina esta Relatoria pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO** imediato por esta Comissão.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.




Damares de Sales

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela



INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE da Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO** imediato por esta Comissão.

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.



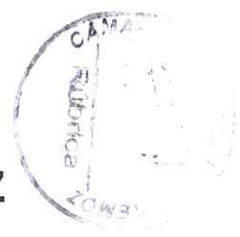
Michele Gois

Presidente da Comissão

Tatiany O. de Lima
Tatiany Oliveira

Membro da Comissão





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)



REFERÊNCIA: Análise de Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade da **Emenda Modificativa nº 03/2025** ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 (Revisão do Plano Diretor).

AUTORIA: Vereador Edilson de Oliveira Dantas e Outros.

ASSUNTO: Alteração de parâmetros urbanísticos (recuos, lote mínimo, áreas de lazer/lixo) e definições de uso.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA Nº 03 AO PLC 128/2025. ALTERAÇÃO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESTRUTURAIS SEM EMBASAMENTO TÉCNICO. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.** OFENSA AO ART. 182 DA CF E AO ESTATUTO DA CIDADE (FALTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E ESTUDOS TÉCNICOS). **VIOLAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL E NORMAS DE VIZINHANÇA** (ELIMINAÇÃO DE RECUOS). RETROCESSO AMBIENTAL E SANITÁRIO (DISPENSA DE DEPÓSITO DE LIXO). INVASÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL (DEFINIÇÃO DE CONDOMÍNIO). **PARECER PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO.**

I. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a Emenda Modificativa nº 03, de autoria do nobre Vereador Edilson de Oliveira Dantas e outros, aposta ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025.

A propositura visa alterar significativamente diversos dispositivos do Plano Diretor proposto, a saber:



188

1. **Art. 119, § 12:** Dispensa recuos laterais e de fundos para edificações multifamiliares e condomínios sem aberturas (construção no limite do lote).
2. **Art. 125:** Reduz testada mínima (de 12m para 10m) e área mínima (de 288m² para 200m²) para condomínios e dispensa "casa de lixo" e áreas de lazer para empreendimentos menores.
3. **Art. 138:** Reduz a área mínima de lotes multifamiliares para 200m².
4. **Art. 182:** Limita a área máxima de Habitação de Interesse Social a 70m².
5. **Anexo IV:** Redefine conceitos de uso residencial e condomínio edilício.

A justificativa alega a necessidade de adequação à realidade socioeconômica, desburocratização e estímulo à construção civil.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

A análise desta Relatoria, embasada nos argumentos técnicos apresentados, no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal e na legislação federal, aponta vícios gravíssimos na emenda.

A. Inconstitucionalidade Formal: Ausência de Estudos e Participação (Estatuto da Cidade)

Conforme registrado nos argumentos técnicos, a jurisprudência pátria consolidou o entendimento de que qualquer alteração no Plano Diretor exige **estudos técnicos prévios e participação popular** (audiências públicas). A emenda propõe mudanças estruturantes no modelo urbanístico (aumento de densidade, redução de lotes, eliminação de recuos) sem apresentar nenhum diagnóstico técnico sobre os impactos na infraestrutura, drenagem e trânsito. Tal omissão viola o princípio do devido processo legal no planejamento urbano (Art. 182, CF e Lei Federal nº 10.257/2001), tornando a emenda formalmente inconstitucional.

B. Inconstitucionalidade Material e Riscos à Segurança e Salubridade

1

[Handwritten signatures]

1. **Eliminação de Recuos (Art. 119):** A proposta de dispensar afastamentos laterais e de fundos para edificações multifamiliares viola o **Direito de Vizinhança** (Código Civil) e normas de **segurança contra incêndio**. A construção no limite do lote impede a ventilação natural, cria ilhas de calor, prejudica a permeabilidade do solo (drenagem) e elimina rotas de fuga e acesso para manutenção predial. Trata-se de retrocesso urbanístico que compromete a qualidade de vida e a segurança coletiva.
2. **Dispensa de Casa de Lixo (Art. 125):** A dispensa de local adequado para armazenamento de resíduos em condomínios afronta o **Art. 225 da Constituição Federal** (direito ao meio ambiente sadio) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A medida gera risco sanitário evidente, desordem urbana e transfere para o logradouro público um problema que deve ser resolvido internamente pelo empreendimento.

C. Violação ao Pacto Federativo: Invasão de Competência (Anexo IV)

A emenda propõe redefinir, no Anexo IV, o conceito de "Condomínio Edifício".

- **Vício de Competência:** A definição de regimes de propriedade e condomínio é matéria de **Direito Civil**, competência privativa da União (Art. 22, I, CF). O Município não pode, via Plano Diretor, alterar ou redefinir institutos consagrados no Código Civil Federal (Lei nº 10.406/2002) e na Lei de Condomínios (Lei nº 4.591/64). Isso gera insegurança jurídica e riscos de nulidade em registros imobiliários.

D. Violação à LCP nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e Função Social

1. **Impacto na Infraestrutura:** A redução drástica do lote mínimo (de 288m² para 200m²) e da testada (12m para 10m) aumenta a densidade populacional sem planejamento. Isso impõe ao Poder Público um ônus excessivo e não previsto (déficit de infraestrutura, drenagem, escolas, postos de saúde), violando o planejamento fiscal responsável exigido pela LRF.
2. **Limitação da Habitação Social (Art. 182):** A fixação de uma metragem *máxima* de 70m² para habitação de interesse social é um desvio de finalidade. A função

[Handwritten signatures]

190
190

social da propriedade exige flexibilidade para garantir moradia digna; restringir a qualidade da habitação sem base técnica é inconstitucional e prejudica a população de baixa renda, podendo inviabilizar projetos de financiamento federal.

E. Técnica Legislativa (LCP nº 95/98)

A emenda fere a Lei Complementar nº 95/98 ao introduzir normas que conflitam com a lógica sistêmica do Plano Diretor original. Alterar parâmetros de ocupação (taxas, índices) de forma isolada, sem ajustar o restante da lei (sistema viário, drenagem), cria antinomias e torna a lei inexecutável.

III. ANÁLISE REGIMENTAL

Nos termos do **Art. 57 do Regimento Interno** desta Casa, compete à CLJRF manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal e regimental.



- O § 1º do **Art. 57** determina que, emitido parecer pela inconstitucionalidade, a proposição deve ser considerada rejeitada.
- Ademais, o **Art. 106, I e II**, impede a aceitação de proposições que versem sobre assuntos alheios à competência da Câmara (como legislar sobre Direito Civil) ou que sejam formalmente inadequadas.

IV. VOTO

A Emenda Modificativa nº 03 apresenta vícios insanáveis:

1. **Inconstitucionalidade Formal:** Falta de estudos técnicos e participação popular para mudanças de zoneamento.
2. **Inconstitucionalidade Material:** Violação ao direito à saúde, segurança e meio ambiente (supressão de recuos e áreas de lixo).
3. **Vício de Competência:** Invasão da competência federal para legislar sobre Direito Civil (condomínios).

PARECER:

Diante do exposto, esta Relatoria opina pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Modificativa nº 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO** imediato por esta Comissão.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.



Damares de Sales

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

V. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Modificativa nº 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO** imediato por esta Comissão.

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.



Michele Gois

Presidente da Comissão



Tatiany Oliveira

Membro da Comissão

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

REFERÊNCIA: Análise de Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade da **Emenda nº 04/2025** ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 (Revisão do Plano Diretor).

AUTORIA: Vereador Anderson Barbosa

ASSUNTO: Aprimoramento da redação e/ou inclusão de dispositivo de transparência/controle social

RELATORA: Tatyane Oliveira

EMENTA: EMENDA Nº 04 AO PLC 128/2025. **CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.** EXERCÍCIO DO PODER DE EMENDA PARLAMENTAR (ART. 20-G DA LOM). AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. INEXISTÊNCIA DE AUMENTO DE DESPESA (ART. 20-J, PARÁGRAFO ÚNICO, LOM). CONFORMIDADE COM A TÉCNICA LEGISLATIVA (LCP Nº 95/98). OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **PARECER PELA APROVAÇÃO E PROSSEGUIMENTO.**

I. RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a **Emenda nº 04**, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, que dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor de Extremoz.

Diferentemente das emendas anteriores analisadas por esta Comissão, a presente proposição não visa alterar o macrozoneamento sem estudos técnicos, nem criar despesas ou órgãos na estrutura administrativa. A emenda tem por objetivo de aprimorar a redação de dispositivos para garantir maior transparência aos atos do Conselho da Cidade, bem

500
8

como corrigir imprecisão terminológica, buscando aperfeiçoar o texto original enviado pelo Executivo.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

Na qualidade de Relatora, verifico que a Emenda nº 04 encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico, distinguindo-se das demais pelos seguintes fundamentos:

A. Da Constitucionalidade Formal e do Poder de Emenda

1. **Prerrogativa Parlamentar:** O poder de emendar projetos de lei é inerente à função legislativa. A Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal (LOM) asseguram aos Vereadores o direito de aperfeiçoar as proposições encaminhadas pelo Executivo, desde que não incorram em vícios de iniciativa ou aumento de despesa indevida.
2. **Ausência de Vício de Iniciativa:** A matéria tratada na Emenda nº 04 não invade a competência privativa do Prefeito (art. 61, § 1º, da CF; art. 20-I da LOM). Não se trata aqui de criação de cargos, estruturação de órgãos ou matéria orçamentária, mas sim de norma de caráter urbanístico geral ou procedimental, plenamente compatível com a iniciativa parlamentar.
3. **Pertinência Temática:** A emenda guarda pertinência direta com o objeto do Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, requisito essencial para sua admissibilidade.

B. Da Conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP 101/00)

Ao contrário das emendas que criam fundos ou alteram zonas tributárias (ZEU para Rural) sem compensação, a Emenda nº 04:

1. **Não Cria Despesa:** A proposição não gera aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, nem cria novas atribuições que demandem custos operacionais não previstos.

[Signature]

194
8

2. **Não Gera Renúncia de Receita:** A emenda mantém a integridade da base tributária municipal, não promovendo alterações no zoneamento que impliquem em perda de arrecadação de IPTU ou ISS. Portanto, está em total conformidade com os artigos 14, 16 e 17 da LCP 101/00.

C. Da Técnica Legislativa (LCP 95/98)

A redação proposta pela emenda atende aos requisitos de clareza, precisão e ordem lógica estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

- A proposta utiliza termos técnicos adequados, não gera ambiguidade e articula-se harmonicamente com o restante do texto do Plano Diretor, contribuindo para a segurança jurídica da norma (Art. 11, LCP 95).

D. Análise Regimental (Regimento Interno)

A emenda foi apresentada tempestivamente e subscrita por Vereador no exercício do mandato, cumprindo os requisitos dos Arts. 95 (definição de emenda) e 104 (prazos) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Extremoz. Não incorre nas vedações do Art. 106, pois não versa sobre matéria alheia à competência da Câmara nem é formalmente inadequada.

III. CONCLUSÃO E VOTO

Considerando que a **Emenda nº 04:**

1. **Respeita** a separação dos poderes e a iniciativa privativa do Executivo;
2. **Cumpre** as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
3. **Aperfeiçoa** o texto do Plano Diretor sem ferir diretrizes ambientais ou urbanísticas (Estatuto da Cidade);

Esta Relatoria manifesta-se favoravelmente à sua tramitação.

PARECER:

Diante do exposto, opina esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** da




Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **APROVAÇÃO** em Plenário.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.

Tatiany O. de Lima
Tatiany Oliveira

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela **CONSTITUCIONALIDADE E PROSSEGUIMENTO** da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **APROVAÇÃO** em Plenário.

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.

Michele Gois

Michele Gois

Presidente da Comissão

Damarcos de Sales

Damarcos de Sales

Membro da Comissão

196
Ⓢ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

REFERÊNCIA: Análise de Constitucionalidade, Legalidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa da **Emenda Aditiva nº 05/2025** ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 (Revisão do Plano Diretor).

AUTORIA: Vereador Professor Anderson Barbosa da Silva.

ASSUNTO: Vedação de uso de pedra-sabão e pedra calcária branca em pavimentação de loteamentos.

RELATORA: DAMARES DE SALES

EMENTA: EMENDA ADITIVA Nº 05 AO PLC 128/2025. INCLUSÃO DE VEDAÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS DE CONSTRUÇÃO NO PLANO DIRETOR. **INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E VÍCIO DE TÉCNICA LEGISLATIVA.** MATÉRIA ESTRANHA AO OBJETO DA LEI (ART. 7º, LCP 95/98). INVASÃO DE COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA TÉCNICA DO EXECUTIVO. EXCESSO DE DETALHAMENTO TÉCNICO INCOMPATÍVEL COM LEI DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. RISCO DE ENGESSAMENTO NORMATIVO. **PARECER PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO.**

I. RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a **Emenda Aditiva nº 05**, de autoria do nobre Vereador Professor Anderson Barbosa, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, que dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor de Extremoz.

A propositura visa acrescentar o inciso XI ao Art. 168 do Projeto de Lei, vedando expressamente a utilização de "pedra-sabão" e "pedra calcária branca" como materiais de

Ⓢ
Ⓢ

pavimentação, base, sub-base e meios-fios em obras de infraestrutura de loteamentos, sob a justificativa de baixa resistência e porosidade desses materiais.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

Na qualidade de Relatora, e embasada na Assessoria Parlamentar e nos documentos acostados, verifico que a Emenda nº 05, embora revestida de boa intenção quanto à qualidade das obras, padece de vícios que impedem sua aprovação, conforme os fundamentos a seguir:

A. Vício de Técnica Legislativa e Pertinência Temática (LCP nº 95/98)

A Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração das leis, determina em seu Art. 7º que a lei não deverá conter matéria estranha a seu objeto.

1. **Natureza do Plano Diretor:** O Plano Diretor é uma lei de **planejamento estratégico**, que define diretrizes gerais, zoneamento e instrumentos de política urbana (conforme Art. 42 da Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade).
2. **Matéria de Código de Obras:** A especificação de materiais de construção (proibição ou obrigação de uso de insumos específicos) é matéria típica de **Código de Obras** ou de normas técnicas administrativas (ABNT), e não de um Plano Diretor.
3. **Inadequação:** A inclusão de detalhes técnicos operacionais (tipos de pedra) em uma lei de diretrizes gerais fere a lógica do sistema jurídico, causando desordem normativa.

B. Inconstitucionalidade Material e Invasão de Competência Administrativa

A emenda padece de inconstitucionalidade material por invadir o campo técnico-operacional da Administração Pública:

1. **Discricionariedade Técnica:** A definição de materiais a serem utilizados em obras públicas ou privadas (loteamentos) deve basear-se em normas técnicas dinâmicas (como as da ABNT) e na avaliação dos órgãos de engenharia do Executivo.

197
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2. **Engessamento Normativo:** Ao inserir a proibição de um material específico no texto da Lei Maior urbanística do município (Plano Diretor), cria-se um "engessamento normativo". Caso surjam novas tecnologias ou tratamentos que tornem esses materiais viáveis no futuro, seria necessária uma nova Lei Complementar para permitir seu uso, o que afronta o princípio da eficiência administrativa (Art. 37, CF).

C. Falta de Embasamento Técnico (Risco de Responsabilidade Civil)

A emenda afirma, em sua justificativa e texto, que os materiais possuem "propriedades físico-mecânicas inadequadas". No entanto:

1. **Ausência de Parecer Técnico:** Não foi acostado ao processo legislativo laudo técnico de engenharia ou geologia que comprove, de forma inequívoca, que tais materiais são imprestáveis para *qualquer* tipo de uso em infraestrutura viária no município.
2. **Risco Jurídico:** Proibir materiais sem o devido embasamento técnico pode gerar questionamentos judiciais por parte de fornecedores e loteadores, atraindo risco de responsabilização civil para o Município.

D. Análise Regimental (Regimento Interno - Resolução nº 04/2022)

Nos termos do Art. 57 do Regimento Interno desta Casa, compete à CLJRF manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal e lógico.

- O § 1º do Art. 57 determina que, emitido parecer pela inconstitucionalidade (neste caso, material e por vício de técnica legislativa), a proposição deve ser considerada rejeitada.
- A emenda fere a lógica legislativa ao tentar regular matéria de postura edilícia específica dentro de uma lei de planejamento macro.

III. CONCLUSÃO E VOTO

Considerando que a **Emenda Aditiva nº 05:**




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ

PODER LEGISLATIVO

1. **Fere** a técnica legislativa (LCP 95/98) ao inserir matéria de Código de Obras no Plano Diretor;
2. **Promove** engessamento normativo prejudicial à administração;
3. **Carece** de estudos técnicos que justifiquem a vedação absoluta via lei complementar;

Esta Relatoria manifesta-se contrariamente à tramitação.

PARECER:

Diante do exposto, opina esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela **INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E ILEGALIDADE** da Emenda Aditiva nº 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO**, nos termos do Art. 57, § 1º do Regimento Interno.

Sala de Reunião, da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.



Damara de Sales

Vereadora Relatora Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

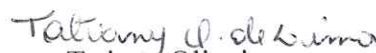
A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto da Relatora e opina, por unanimidade/maioria, pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** da Emenda Aditiva nº 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, recomendando a sua **REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO**, nos termos do Art. 57, § 1º do Regimento Interno.

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.



Michele Gois

Presidente da Comissão



Tatiany Oliveira

Membro da Comissão

**COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGROINDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO**

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2025 – “Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Extremoz e dá outras providências.”

RELATOR: VEREADOR EDILSON DE OLIVEIRA DANTAS

I. RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo (COSPACT), nos termos do Art. 59 do Regimento Interno, o **Projeto de Lei Complementar nº 128/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que institui a revisão do Plano Diretor de Extremoz.

A matéria tramita nesta Casa Legislativa e já foi objeto de análise pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) quanto aos seus aspectos constitucionais e legais. O projeto visa atualizar o ordenamento territorial do município, definindo o macrozoneamento, áreas especiais de interesse social, turístico e industrial, bem como diretrizes para mobilidade e saneamento.

Das Emendas Apresentadas: Cumpre registrar que foram apresentadas Emendas ao projeto original (Emendas nº 01 a 05). Importa esclarecer, preliminarmente, que a análise da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa dessas emendas é de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Desta forma, **cabe a esta Comissão ater-se estritamente à análise de mérito do texto base do Projeto de Lei Complementar nº 128/2025**, deixando a deliberação sobre o mérito das emendas (aprovação ou rejeição) para o soberano Plenário desta Casa, momento em que todos os vereadores poderão discutir a conveniência e oportunidade das alterações propostas.

É o relatório. Passo a opinar.

II. ANÁLISE DE MÉRITO



Na qualidade de Relatora desta Comissão Temática, analiso a proposição sob a ótica da conveniência, oportunidade e interesse público, focando nas competências estabelecidas no **Art. 59 do Regimento Interno**, que atribui a esta comissão a responsabilidade de opinar sobre plano diretor, obras, serviços públicos e atividades produtivas.

A. Ordenamento Territorial e Obras Públicas

O Projeto de Lei é fundamental para o desenvolvimento organizado de Extremoz. A definição clara do **Macrozoneamento** (Zona Urbana, Expansão Urbana, Rural e Interesse Ambiental) e dos recuos e gabaritos (Anexos do PL) é pré-requisito para que a Secretaria de Obras possa planejar a infraestrutura viária e de drenagem. A falta de um Plano Diretor atualizado tem gerado crescimento desordenado, dificultando a chegada de serviços públicos essenciais aos novos loteamentos. A aprovação do projeto permitirá ao Executivo exigir dos empreendedores a infraestrutura adequada antes da liberação de novos bairros.

B. Desenvolvimento Econômico: Comércio, Indústria e Turismo

O projeto fomenta diretamente as atividades econômicas fiscalizadas por esta Comissão:

1. **Turismo:** A criação das **Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT)** nas localidades de Redinha Nova, Santa Rita, Genipabu, Barra do Rio, Graçandu e Pitangui (Art. 67 do PL) é vital. O texto preserva a paisagem e limita gabaritos nessas áreas, garantindo que o turismo — nossa maior vocação econômica — continue sustentável e gerando renda.
2. **Indústria e Comércio:** A delimitação da **Área Especial de Interesse Industrial (AEII)** (Art. 68 do PL) oferece segurança jurídica para a instalação de empresas, organizando o território para que indústrias não se instalem em áreas residenciais, evitando conflitos de vizinhança e potenciando a geração de empregos.

203

202

C. Serviços Públicos e Mobilidade

O projeto estabelece diretrizes para a **Política de Mobilidade Urbana** (Art. 108), hierarquizando o sistema viário (Arterial, Coletora e Local). Isso é essencial para que esta Comissão possa cobrar a pavimentação correta e a circulação de transporte público eficiente. Além disso, as normas sobre **saneamento básico e drenagem** (Arts. 81 a 85) são instrumentos técnicos indispensáveis para resolver os problemas crônicos de alagamento em diversas regiões da cidade.

III. CONCLUSÃO E VOTO

Considerando que o **Projeto de Lei Complementar nº 128/2025** é tecnicamente consistente e atende aos interesses de desenvolvimento da infraestrutura, do turismo e da economia local, **O VOTO DO RELATOR É PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2025**, remetendo-o ao Plenário para que este delibere soberanamente sobre a aprovação final da matéria e sobre o mérito das emendas a ele apostas.

Sala de Reunião da Câmara Municipal de Extremoz, em 03 de dezembro de 2025.

EDILSON DE OLIVEIRA DANTAS
EDILSON DE OLIVEIRA DANTAS

Vereador Relator da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo

IV. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGROINDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto do Relator e opina, por unanimidade/maioria, **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2025**, remetendo-o ao Plenário para que este delibere soberanamente sobre a aprovação final da matéria e sobre o mérito das emendas a ele apostas.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ
PODER LEGISLATIVO

Extremoz/RN, 03 de dezembro de 2025.



Alexandre Ramalho

Presidente da Comissão



Lucas Rafael

Membro da Comissão

~~203~~ 4

203